
PREGÃO ELETRÔNICO

GEPIN.2 Nº 024/2025

CONTRATANTE (DESENVOLVE SP)

(USG 103201)

OBJETO

Contratação de Seguro na Modalidade Responsabilidade Civil dos Membros Estatutários e Empregados (Directors and Officers – D&O).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/11/2025 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

() SIM (x) NÃO

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	19
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	24
ANEXO I.1 - QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE E ACEITAÇÃO DE RISCO – SEGURO D&O	30
ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES	35
ANEXO II.1 - DECLARAÇÃO – POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	35
ANEXO II.2 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05 DE OUTUBRO DE 1988	37
ANEXO II.3 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO	38
ANEXO II.4 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	40
ANEXO II.5 - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS TRABALHISTAS	41
ANEXO II.6 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº13.708/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS).	42
ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO	44
ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO	50
ANEXO V - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	52
ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	53

EDITAL

Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

(Processo SEI nº 391.00000187/2025-15)

Torna-se público que A **DESENVOLVE SP** - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., doravante designada simplesmente **DESENVOLVE SP**, por meio da Autoridade subscritora ao final assinada, sediada na Rua da Consolação, 371 – São Paulo / São Paulo, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (“Lei nº 13.303/2016”) e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios da **DESENVOLVE SP** (“Regulamento Interno”), aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e, por fim, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>, no dia **12/11/2025, às 09h**, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, conforme designação constante no **Processo SEI nº 391.00000187/2025-15** e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa seguradora para emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores - D&O (*Directors & Officers*), de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A vigência inicial da Apólice de Seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data da efetiva contratação (vigência da apólice). Serão admitidas prorrogações anuais e sucessivas, mediante observância das condições e limites estabelecidos na legislação vigente e aplicável, bem como no **Anexo I** deste Edital/Contrato.

1.3. A seguradora deverá manifestar seu interesse na renovação com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência.

1.4. A vigência da Apólice de Seguro terá início a partir da 0 (zero) hora do dia da efetiva contratação do seguro.

1.5. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Os credenciamentos dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso também deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Se aplicável, os itens cuja participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 estarão dispostos no Termo de Referência.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.7.1. cuja falência haja sido decretada;

2.7.2. em consórcio;

2.7.3. que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, em data anterior à abertura da licitação;

2.7.4. que esteja suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo;

- 2.7.5. que tenha como sócio, dirigente ou responsável técnico, empregado ou membro de qualquer órgão estatutário da **DESENVOLVE SP**;
- 2.7.6. que esteja impedida de participar do certame por norma legal;
- 2.7.7. constituída sob a forma de sociedade cooperativa de trabalho;
- 2.7.8. empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- 2.8. A vedação de que trata o item 2.7.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.9. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 2.6, a licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, deverá estar registrada junto ao SICAF, sem prejuízo dos demais itens previstos neste Edital e na legislação vigente.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, nos termos da legislação aplicável.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre (ou não) as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4.5. o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico,

que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, o que não será aplicável:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.6. A obtenção de benefícios a que se refere o Item anterior fica condicionada à apresentação de declaração, pelo licitante, atestando que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nesse Item.

3.4.7. a assinalação do campo “não” para microempresas e empresas de pequeno porte apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 e 3.4.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 13.303/2016, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá cadastrar no sistema sua proposta, considerando o **VALOR TOTAL GLOBAL DA CONTRATAÇÃO**. Na fase de julgamento da proposta, será solicitado a licitante detentora do melhor lance, o preenchimento da proposta comercial, conforme **ANEXO VI**, considerando:
- 4.1.1. Valor do Prêmio do seguro para o período de contratação de 12 (doze) meses.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, frete de entrega, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização do licitante.

4.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total da somatória dos itens.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **1% (um por cento)** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei 13.303/ 2016, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato da etapa de julgamento;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

5.21.1.4. sorteio.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas (podendo ser aumentado, a critério do pregoeiro que avaliará a complexidade da proposta), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.24. Se depois da negociação não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será revogada, nos termos do art. 57, § 3º da Lei nº 13.303/2016 e do art. 60, § 3º do Regulamento Interno.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no item 2.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro de Sanções do Governo do Estado de São Paulo (<https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes/ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx>);

6.1.5. Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>); e,

6.1.6. Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados junto a Órgãos e Entidades vinculados ao Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL (https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, quando o caso, também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6 deste Edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que os acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizados no

cálculo do valor estimado pela Administração estão devidamente indicados no Termo de Referência.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. impuser condições diferentes das estabelecidas nesta licitação;

6.6.2. apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atender aos requisitos mínimos previstos neste Edital e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão do Pregão Eletrônico;

6.6.3. cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

6.6.4. elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente, em especial à Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, ou ainda, que se baseie em Proposta de preços das demais licitantes.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante [conforme planilha anexa ao Edital];

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou

II - valor do orçamento estimado pela DESENVOLVE SP.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela DESENVOLVE SP, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à DESENVOLVE SP, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos

quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

7.1.1. Habilitação jurídica:

a) registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias;
- c)** documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d)** ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f)** Comprovação pelo licitante de registro ou inscrição do licitante na SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, devendo ainda haver a comprovação de que a licitante está autorizada a operar no ramo de seguros, objeto deste Edital.

7.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ) na situação ativa e Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE compatível com os serviços objeto desta licitação;
- b)** certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- c)** certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d)** certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

7.1.3. Qualificação econômico-financeira:

- a)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual com data não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data estabelecida para a sessão pública;
 - a.1).** Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil;
 - a.2).** Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, demonstrando-se, a empresa recuperanda, condições para assumir obrigações relativas ao objeto, havendo análise julgamental de sua capacidade econômico-financeira, conforme o caso concreto.
 - a.2.1)** A licitante deverá apresentar ainda decisão judicial autorizando sua participação na licitação, sem prejuízo de manifestação quanto às demais exigências edilícias, em especial as certidões de regularidade fiscal.
- b)** Comprovação de solvência por, ao menos, um dos critérios:
 - b.1)** rating nacional igual ou superior ao da Desenvolve SP, emitido por agência de classificação de risco que publique ratings em escala global, com data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data da abertura da licitação;
 - b.2)** índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1,0, calculados com base no último balanço patrimonial.

7.1.4. Qualificação técnica:

- a)** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades razoáveis, assim consideradas de 50% (cinquenta por cento) a 60% (sessenta por cento) da execução pretendida, com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando de forma explícita a prestação de serviço pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação.
- b)** no(s) atestado(s) deverá(ão) constar os serviços realizados e o período de realização dos trabalhos;
- c)** Os atestados de capacidade técnica deverão ser firmados por dirigentes identificados, no mínimo, por nome, cargo ou função, endereço, telefone e e-mail em papel timbrado da pessoa jurídica do emitente.
- d)** O licitante deverá apresentar atestado(s), em seu nome, que comprove(m) o fornecimento ou a emissão de apólice(s) de seguro D&O com Limite Máximo de Indenização (LMI) igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Para fins de comprovação do LMI exigido, será admitido o somatório de valores de diferentes atestados ou apólices, desde que se refiram a períodos de vigência concomitantes.
- e)** Certidão de Licenciamento emitida pela SUSEP, válida e vigente, que comprove o regular funcionamento da sociedade seguradora e a autorização para operar no ramo de responsabilidade civil de administradores (D&O);
- f)** Certidão de Apointamentos emitida pela SUSEP, válida e vigente, demonstrando a inexistência de desconformidades objetivas referentes a dispositivos regulatórios;
- g)** Declaração expedida pela SUSEP, ou documento público equivalente passível de validação, que ateste que a sociedade seguradora mantém reservas técnicas devidamente constituídas e encontra-se em conformidade com o Capital Mínimo Requerido, em condições de garantir a cobertura integral do Limite Máximo de Indenização (LMI) previsto no presente Termo de Referência.

7.1.5. Declarações e outras comprovações:

7.1.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo II.1, afirmando que:

- a)** encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do Decreto Estadual nº 42.911, de 06/03/1998;
- b)** cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

7.1.5.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo II.2, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

7.1.5.3. A Comprovação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá ser realizada da seguinte forma:

- a)** se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

b) se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

c) declaração de observação dos limites legais do enquadramento de empresas qualificadas como pequeno porte, nos moldes dos itens 2.5, 2.6 e 3.4.5.

7.1.5.4. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo II.6, em conformidade com a Lei nº 13.708/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

7.1.5.5. Quando aplicável, declaração ou certidão de realização de visita técnica ou declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob pena de inabilitação, atestando que (i) conhece o local e as condições de realização do serviço ou (ii) possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, nos moldes do item 7.9.1.

7.1.6. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, digitalizados ou emitidos diretamente da internet, pela licitante ou pelo Pregoeiro ou equipe de apoio.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas.

7.6. Para fins cadastrais, será verificado se o licitante apresentou no sistema de reserva cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. No caso de a avaliação prévia do local de execução se fizer importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, conforme indicado no Termo de Referência, o licitante poderá realizar vistoria prévia no local onde serão realizados os serviços, aludido no mesmo documento.

7.9. O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá fazê-la em até 01 (um) dia útil antes da abertura da sessão pública. O agendamento deverá ser realizado, com antecedência mínima de, pelo menos, 01 (um) dia útil, pelo e-mail gestao.pessoas@desenvolvesp.com.br.

7.9.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob pena de inabilitação, atestando que (i) conhece o local e as condições de realização do serviço ou (ii) possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

7.9.2. O licitante não poderá alegar, em hipótese alguma, eventual erro na formulação de sua proposta comercial em razão da não realização da vistoria prévia.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de mínimo de 30 (trinta) minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro e aceite deste.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade

jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. Para habilitação das licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada nos termos da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

7.19. Nos casos em que a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 59 da Lei 13.303/2016.

8.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo poderão ser solicitados pelos interessados, por meio do e-mail licitacoes@desenvolvesp.com.br, observadas as restrições das legislações pertinentes, em especial a Lei Federal nº 12.527/2011.

8.11. A falta de interposição de recurso ou o descumprimento de algum de seus requisitos importará a decadência do direito de recorrer, cabendo ao Pregoeiro adjudicar o objeto do certame à licitante declarada vencedora, na própria sessão, encaminhando o processo à autoridade competente, para a homologação, nos termos da legislação e regulamentação pertinentes.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação aplicável, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Tenha sofrido ou venha a sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou,

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.4. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a DESENVOLVE SP em virtude de atos ilícitos praticados;

9.1.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

9.1.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.7. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

9.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

9.1.9. ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter

criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

9.1.10. ter obtido, vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização; falhar ou fraudar na execução do contrato; e

9.1.11. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

9.2. A DESENVOLVE SP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a DESENVOLVE SP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4. As sanções de advertência e suspensão temporária de licitar e contratar com a DESENVOLVE SP poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5. Na aplicação de qualquer sanção será facultada a defesa prévia do interessado, a ser apresentada prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da intimação.

9.6. O cometimento de quaisquer infrações administrativas poderá resultar, ainda, na inabilitação ou exclusão do licitante do presente processo administrativo.

9.7. Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e suspensão temporária de licitar e contratar; da inabilitação ou exclusão, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.303/2016, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacoes@desenvolvesp.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico e no site da **DESENVOLVE SP**, em local específico, nos termos da legislação aplicável.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.desenvolvesp.com.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.11.2. ANEXO II – Modelos de Declarações;
- 11.11.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;
- 11.11.4. ANEXO IV – Termo de Ciência e de Notificação;
- 11.11.5. ANEXO V – Declaração de documentos à disposição do TCE-SP;
- 11.11.6. ANEXO VI – Modelo de Proposta Comercial.

São Paulo, 22 de outubro de 2025.

Cassia Regina Comar de Souza
Subscritora

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO GEPIN.2 Nº 024/2025

PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO NA MODALIDADE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS ESTATUTÁRIOS E EMPREGADOS (DIRECTORS AND OFFICERS - D&O).

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE ADMINISTRADORES (D&O)

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições e especificações técnicas para a contratação de seguro na modalidade Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores – Directors and Officers (D&O) da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

O seguro destina-se a proteger o patrimônio pessoal dos administradores, conselheiros, membros de órgãos estatutários e empregados com poder de gestão, em razão de reclamações relacionadas a atos de gestão praticados no exercício de suas funções, assegurando também proteção à entidade nas hipóteses previstas.

A contratação observará a Lei nº 13.303/2016, a regulamentação da SUSEP, em especial a Circular nº 637/2021, e as melhores práticas de governança, em consonância com entendimentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Constitui objeto deste Termo a contratação de seguradora autorizada pela SUSEP para emissão de apólice de D&O, na base claims-made com notificação, devendo contemplar retroatividade ilimitada para fatos desconhecidos, prazo complementar gratuito, prazo suplementar (ERP – Extended Reporting Period) e cláusula de run-off para ex-dirigentes e em caso de mudança de controle ou liquidação.

3. COBERTURAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Modalidades de Cobertura

A apólice deverá prever:

3.1.1. Cobertura A (Proteção Direta de Administradores): destinada a indenizar diretamente os segurados pessoas físicas; e

3.1.2. Cobertura B (Reembolso à Entidade): destinada a reembolsar a Desenvolve SP pelas quantias por ela despendidas em favor dos segurados por perdas indenizáveis.

3.2. Coberturas mínimas obrigatórias

Salvo quando houver sub-limite específico, as coberturas a seguir corresponderão a 100% do Limite Máximo de Indenização (LMI) da apólice:

-
- 3.2.1.** Ações judiciais cíveis, criminais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias;
- 3.2.2.** Procedimentos arbitrais e administrativos;
- 3.2.3.** Valores de acordos judiciais e extrajudiciais (incluindo termos de ajustamento de conduta e instrumentos equivalentes) celebrados pelo Segurado, desde que previamente aprovados, por escrito, pela Seguradora, e observadas as demais condições e exclusões da apólice;
- 3.2.4.** Autuações e intimações de órgãos e autoridades públicas competentes;
- 3.2.5.** Procedimentos administrativos, inclusive com poder de polícia;
- 3.2.6.** Reclamações trabalhistas, inclusive por práticas trabalhistas indevidas (assédio, discriminação, dano moral e demissão ilegal);
- 3.2.7.** Custos de defesa com livre escolha de advogados, incluindo honorários contratuais e sucumbenciais, custas, perícias, assistências técnicas e depósitos recursais;
- 3.2.8.** Reclamações oriundas de órgãos fiscalizadores e de controle (TCE-SP, TCU, Ministérios Públicos, Controladorias, SUSEP, BACEN, CVM, CADE, CGU, CGE e congêneres), ressalvados os casos de dolo ou culpa grave;
- 3.2.9.** Custos de investigações formais e regulatórias, incluindo produção documental, entrevistas, pareceres e consultorias;
- 3.2.10.** Reclamações movidas por segurado contra segurado;
- 3.2.11.** Reclamações movidas pela própria Desenvolve SP contra seus administradores;
- 3.2.12.** Reclamações por descon sideração da personalidade jurídica;
- 3.2.13.** Reclamações de fornecedores, concorrentes, credores e investidores;
- 3.2.14.** Reclamações ambientais contra administradores;
- 3.2.15.** Reclamações por danos corporais e por danos morais não trabalhistas atribuídos a atos de gestão;
- 3.2.16.** Reclamações contra auditores internos, pregoeiros, membros de comissão de licitação e de comitês de risco/ crédito, desde que relacionadas a atos praticados no exercício regular das funções e estritamente circunscritos ao âmbito de suas atribuições específicas;
- 3.2.17.** Extensão de cobertura a novos e ex-administradores, bem como cônjuges, companheiros, herdeiros, sucessores e espólio, limitada a reclamações decorrentes de atos de gestão praticados pelo segurado;
- 3.2.18.** Cobertura mundial, assegurada retroatividade ilimitada para fatos geradores desconhecidos.

3.3. Sub-limites

As seguintes coberturas observarão sub-limites:

- 3.3.1.** Multas e penalidades, quando permitidas por lei e não decorrentes de dolo ou culpa grave: até 5% do LMI; e
- 3.3.2.** Inabilitação administrativa ou judicial: até 10% do LMI, condicionada à decisão definitiva.

4. BASE DA APÓLICE

A apólice será emitida na modalidade *claims-made* com notificação, cobrindo reclamações apresentadas:

4.1. Durante a vigência da apólice;

4.2. Durante o prazo complementar de 12 (doze) meses, concedido a título gratuito, contado da data final de vigência da apólice, por atos praticados pelos Segurados desde a data de retroatividade de cobertura até o término da vigência; e

4.3. Durante o prazo suplementar (ERP – Extended Reporting Period), de contratação opcional, contado de forma contínua e subsequente ao prazo complementar, por atos praticados pelos Segurados desde a data de retroatividade de cobertura até o término da vigência, mediante prêmio adicional escalonado até o limite de 100% (cem por cento) do prêmio da última apólice em vigor, conforme a duração contratada, limitada a 72 (setenta e dois) meses:

4.3.1. ERP de 12 (doze) meses: 50% do prêmio da última apólice em vigor;

4.3.2. ERP de 24 (vinte e quatro) meses: 75% do prêmio da última apólice em vigor;

4.3.3. ERP de 36 (trinta e seis) meses: 100% do prêmio da última apólice em vigor;

4.3.4. ERP de 48 (quarenta e oito) meses: 100% do prêmio da última apólice em vigor;

4.3.5. ERP de 60 (sessenta) meses: 100% do prêmio da última apólice em vigor;

4.3.6. ERP de 72 (setenta e dois) meses: 100% do prêmio da última apólice em vigor.

Parágrafo único. Deverá constar cláusula de run-off automático para administradores que deixarem o cargo e para situações de mudança de controle ou dissolução da entidade, resguardando atos pretéritos.

5. EXCLUSÕES

5.1. Exclusões permitidas

Ficam excluídas da cobertura:

5.1.1. Perdas ou danos decorrentes de atos de terrorismo, qualquer que seja o propósito, ressalvados os custos de defesa até decisão final quando a reclamação envolver segurados;

5.1.2. Atos dolosos, fraudes, enriquecimento ilícito, vantagem indevida e culpa grave do segurado, desde que reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado ou administrativa irrecorrível, assegurado o adiantamento de custos de defesa até tal reconhecimento;

5.1.3. Reclamações já conhecidas ou circunstâncias notificáveis antes do início de vigência e não notificadas à seguradora anterior;

5.1.4. Reclamações anteriores ou pendentes à data retroativa indicada na apólice (*prior or pending litigation*);

5.1.5. Reclamações decorrentes de novas ofertas públicas de valores mobiliários, salvo contratação específica mediante endosso;

5.1.6. Reclamações propostas por acionista controlador ou por acionista com participação igual ou superior a 15% do capital votante da Desenvolve SP, quando atuando nessa condição, ressalvadas as reclamações de órgãos reguladores;

5.1.7. Danos causados a terceiros, pelos segurados, fora do exercício de cargo ou função, enquadráveis em seguro de responsabilidade civil geral;

5.1.8. Danos decorrentes do exercício de profissões liberais alheias ao cargo na Desenvolve SP, enquadráveis em seguro de responsabilidade civil profissional;

5.1.9. Responsabilidades ambientais próprias da entidade, típicas do ramo RC Riscos Ambientais, mantida a cobertura de administradores por atos de gestão e custos de defesa;

5.1.10. Pagamentos, concessões ou recebimentos de vantagens indevidas, sob a égide da Lei nº 12.846/2013, FCPA, UK Bribery Act ou legislações correlatas, assegurado o adiantamento de custos de defesa até decisão final;

5.1.11. Reclamações movidas pelo governo enquanto acionista da Desenvolve SP;

5.1.12. Multas criminais e penalidades tributárias de natureza estritamente punitiva quando vedadas por lei, sem prejuízo da cobertura de multas civis até o sub-limite previsto neste Termo;

5.1.13. Despesas com gerenciamento de crise e publicidade.

5.2. Exclusões não permitidas

Não será admitida a exclusão de:

5.2.1. Cobertura para custos de defesa e despesas em processos e investigações promovidos por órgãos reguladores e fiscalizadores, inclusive TCE-SP, TCU, Ministérios Públicos, BACEN, SUSEP, CVM, CADE, CGU, CGE e congêneres, ressalvados atos dolosos ou de culpa grave;

5.2.2. Cobertura por reclamações decorrentes de demissões coletivas;

5.2.3. Cobertura aos administradores em razão de insolvência da entidade, preservada a proteção direta aos segurados prevista na Cobertura A.

6. IMPORTÂNCIA SEGURADA

O Limite Máximo de Indenização (LMI) será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em base agregada, observado o disposto sobre sub-limites nas coberturas específicas.

7. FRANQUIAS E RETENÇÕES

Para a Cobertura A (proteção direta de administradores) e a Cobertura B (reembolso à entidade), não se aplicará franquia ou retenção técnica, fixando-se a franquia zero para ambas.

8. VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E REAJUSTE

A vigência inicial da apólice será de 12 (doze) meses, admitidas prorrogações anuais sucessivas até o limite legal de 60 (sessenta) meses.

Os valores contratuais referentes ao prêmio e ao Limite Máximo de Indenização (LMI) serão reajustados anualmente pelo IPC-FIPE.

A seguradora deverá manifestar-se quanto ao interesse de renovar a apólice com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência.

9. CONDIÇÕES OPERACIONAIS

A apólice deverá ser emitida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

O prêmio será pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão e o envio da apólice à Tomadora.

As notificações de sinistro deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias da ciência pelo Segurado.

Será admitido co-seguro, com seguradora líder responsável solidária, desde que todas atendam aos critérios de solvência.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

As propostas serão avaliadas pelo critério de menor preço global, desde que integralmente atendidas as condições técnicas, coberturas, sub-limites, franquias/retenções e demais requisitos deste Termo.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

As licitantes deverão apresentar:

11.1. Certidão de Licenciamento emitida pela SUSEP, válida e vigente, que comprove o regular funcionamento da sociedade seguradora e a autorização para operar no ramo de responsabilidade civil de administradores (D&O);

11.2. Certidão de Apontamentos emitida pela SUSEP, válida e vigente, demonstrando a inexistência de desconformidades objetivas referentes a dispositivos regulatórios;

11.3. Atestado de fornecimento de apólice D&O com LMI \geq R\$ 10.000.000,00;

11.4. Declaração de conformidade à LGPD;

11.5. Declaração expedida pela SUSEP, ou documento público equivalente passível de validação, que ateste que a sociedade seguradora mantém reservas técnicas devidamente constituídas e encontra-se em conformidade com o Capital Mínimo Requerido, em condições de garantir a cobertura integral do Limite Máximo de Indenização (LMI) previsto no presente Termo de Referência;

11.6. Comprovação de solvência por, ao menos, um dos critérios:

11.6.1. Rating nacional igual ou superior ao da Desenvolve SP, emitido por agência de classificação de risco que publique ratings em escala global, com data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data de abertura da licitação; ou,

11.6.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou superiores a 1,0 (um), calculados com base no último balanço patrimonial.

11.7. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Referência integra o edital de licitação e deverá ser integralmente observado. A contratação observará a legislação aplicável, a Lei nº 13.303/2016 e a Circular SUSEP nº 637/2021.

A Desenvolve SP está sujeita ao controle do TCE-SP, aplicando-se a competência do TCU apenas quando houver utilização de recursos federais.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá emitir a apólice e endossos nos prazos estipulados, indicar preposto autorizado para interlocução com a Desenvolve SP, manter confidencialidade de todas as informações recebidas e cumprir integralmente a legislação vigente, inclusive a LGPD, bem como observar, além das disposições ora previstas, todas as obrigações e condições constantes da minuta contratual e da própria apólice.

13. ANEXOS

Integra o presente Termo de Referência o Questionário de Risco D&O.

ANEXO I.1 - QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE E ACEITAÇÃO DE RISCO – SEGURO D&O

INFORMAÇÕES GERAIS

Razão Social: Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ: 10.663.610/0001-29

Endereço da sede: Rua da Consolação 371, Centro, São Paulo/ SP CEP: 01301-000

Data de constituição: 11/03/2009

Ramo de atividade principal: Agência de Fomento do Estado de São Paulo

Composição acionária (detalhar controladores diretos e indiretos): O capital social de R\$ 3.156.475.739,97 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal, sendo que 99,9993% das ações são de titularidade da Fazenda do Estado de São Paulo (CNPJ 46.379.400/0001-50) e 0,0007% são de titularidade da Companhia Paulista de Parcerias – CPP (CNPJ 06.995.362/0001-46).

Relação de sociedades controladas, coligadas ou joint ventures: A Desenvolve SP declara que não possui sociedades controladas, coligadas ou joint ventures em sua estrutura societária.

ESTRUTURA DE ADMINISTRAÇÃO

Número de membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês.

Diretoria Colegiada (Executiva): Composta por 5 membros, sendo 1 Diretor-Presidente e 4 Diretores Executivos.

Conselho de Administração: Composto por no mínimo 7 e no máximo 11 membros.

Conselho Fiscal: Composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, com igual número de suplentes.

Comitê de Auditoria: Formado por no mínimo 3 e no máximo 5 membros.

Comitê de Remuneração: Composto por 3 membros efetivos e um suplente.

Comitê de Elegibilidade: Composto por até 3 membros.

Informar os nomes e cargos atuais de diretores e conselheiros.

A consulta nominal dos Administradores da Desenvolve SP pode ser realizada no site da Companhia, através do link: [Administração - Desenvolve SP](#).

Existe Comitê de Auditoria independente? Sim

Existe Comitê de Compliance ou Integridade? Sim

Quantidade de reuniões realizadas nos últimos 12 meses por cada órgão colegiado.

Diretoria Colegiada (Executiva): 83 reuniões

Conselho de Administração: 20 reuniões

Conselho Fiscal: 12 reuniões

Comitê de Auditoria: 17 reuniões

Comitê de Remuneração: 3 reuniões

Comitê de Elegibilidade: 10 reuniões

GOVERNANÇA E COMPLIANCE

Existe código de ética e conduta? Em que ano foi aprovado e última revisão? Sim. A última revisão data de junho de 2024.

Existe canal de denúncias independente? Sim.

Existe política de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLD-FT)? Sim.

Existe área formal de compliance e controles internos? Quantos profissionais dedicados? Sim. Existe a Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (SURIC), ligada à Diretoria de Controle de Riscos (DCR). A SURIC possui duas unidades subordinadas: a Gerência de Controle de Riscos e a Gerência de Compliance e Normas, área formal de compliance e controles internos. Essa Gerência possui uma Gerente, uma Coordenadora, uma Assessora Técnica e dois Analistas (cinco colaboradores dedicados).

Foram realizadas auditorias internas ou externas nos últimos 24 meses? Sim. Houve recomendações críticas? As atividades da Auditoria Interna são planejadas e executadas com base em um Plano Anual de Trabalho, elaborado segundo metodologia de avaliação de riscos. O plano é aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração, sendo também apresentado à Diretoria Colegiada e ao Conselho Fiscal da empresa, para ciência e alinhamento institucional. Nos últimos 24 meses, foram conduzidas auditorias regulares, denominadas Auditorias Constantes em Operações de Crédito e Áreas e/ou Processos, bem como auditorias especiais decorrentes de demandas da Alta Administração, de órgãos fiscalizadores ou de apurações administrativas. Cada trabalho resulta na emissão de relatório técnico específico, contendo achados e recomendações de aprimoramento de controles e processos, cujo nível de risco é classificado de acordo com a gravidade e impacto de cada achado e acompanhado pela respectiva área auditada até sua efetiva implementação.

Os resultados e o acompanhamento das recomendações são reportados semestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Conselho de Administração, à Diretoria Colegiada e ao Conselho Fiscal. Adicionalmente, é submetido anualmente um Relatório de Atividades para apreciação e aprovação pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, nos termos das exigências do Banco Central do Brasil. Paralelamente, a instituição também é objeto de auditorias externas independentes, contratadas nos termos da regulamentação vigente, que abrangem a revisão das demonstrações financeiras e aspectos de conformidade normativa.

RISCO REGULATÓRIO

Houve fiscalizações, autos de infração ou investigações conduzidas por TCU, TCE, CGE, SUSEP, BACEN, CVM, CADE, CGU, Ministério Público nos últimos 5 anos?

() Sim – especificar órgão, ano, objeto, situação atual.

(X) Não

A Desenvolve SP é rotineiramente fiscalizada por órgãos de controle, em especial pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP) e pelo Ministério Público, no âmbito de suas competências legais e constitucionais. Contudo, não houve instauração de autos de infração ou investigações específicas com reflexos sancionatórios nos últimos 5 anos.

Existem investigações administrativas em curso junto a órgãos de controle ou reguladores?

A instituição possui contratos ou financiamentos com organismos multilaterais (BID, Banco Mundial, CAF etc.)? Se sim, houve questionamentos de auditoria ou compliance? Sim. A Desenvolve SP mantém contratos/financiamentos com organismos multilaterais. Não houve questionamentos de auditoria ou compliance relacionados a esses instrumentos até a presente data.

HISTÓRICO SOCIETÁRIO E DE GESTÃO

Houve, nos últimos 5 anos, mudanças de denominação social, fusão, cisão, incorporação ou reorganização societária? Não.

Há expectativa, para os próximos 12 meses, de:

Pedido de falência, intervenção ou liquidação? Não.

Fusão, cisão ou incorporação? Não.

Abertura de capital? Não.

Alteração relevante da composição acionária? Não.

LITÍGIOS E DEMANDAS

Houve, nos últimos 5 anos, ações judiciais ou administrativas contra administradores atuais ou passados? Não.

Quantidade de ações trabalhistas contra a instituição:

Total de processos: 23 (ativos)

Percentual que se refere a assédio, discriminação, dano moral ou práticas trabalhistas indevidas. Aproximadamente 43,48% (10 de 23 ações incluem pedido de indenização por danos morais). Todas as ações foram ajuizadas exclusivamente contra a pessoa jurídica Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, sem inclusão de administradores no polo passivo e sem qualquer pedido de desconsideração da personalidade jurídica.

Qual a quantidade total de empregados e estagiários da instituição e em quais localidades (cidade/estado) atuam? Quadro dimensionado em: 174 funcionários, 50 estagiários e 5 Jovens Aprendizes, todos na Cidade de São Paulo, Capital.

Foram realizadas demissões coletivas nos últimos 12 meses? Não

Houve ações de acionistas, investidores, fornecedores ou clientes contra administradores? Não.

Há expectativa de demandas iminentes contra administradores? Não

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Apresentar demonstrações financeiras dos últimos 3 exercícios (balanço, DRE resumida):
As demonstrações financeiras podem ser obtidas no site da Desenvolve SP: Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração - Desenvolve SP

A instituição possui rating de crédito emitido por agência? Qual o nível e data da última emissão? A agência Fitch Ratings atribuiu à Desenvolve SP o rating nacional de longo prazo 'AA(bra)'. A última avaliação foi realizada em julho de 2025.

Informar:

Receita operacional anual (últimos 3 anos).

Lucro líquido (últimos 3 anos).

Índice de inadimplência da carteira de crédito.

Endividamento total.

Descrição	2022	2023	2024
Receita Operacional	662.237.923,87	773.627.064,57	684.189.759,39
Lucro Líquido	202.682.442,60	212.336.414,81	186.778.991,84
Endividamento total (Dívidas/Ativo Total)	28,13%	12,24%	19,81%
Inadimplência	5,74	8,59	3,86

APÓLICE D&O ANTERIOR

Nome da seguradora atual ou anterior: Berkley International do Brasil Seguros S/A

LMI contratado: R\$ 30.000.000,00.

Vigência da última apólice: 13/09/2025 à 13/12/2025

Indenizações pagas (detalhar valores e causas): Não aplicável, tendo em vista que não houve sinistros ou ocorrências no período de vigência.

Notificações apresentadas (mesmo sem indenização): Não houve indenizações pagas.

Alguma seguradora recusou renovação ou limitou cobertura nos últimos 5 anos? Não. Ressalta-se apenas que, na última apólice, a seguradora estabeleceu vigência de três meses.

COBERTURA DESEJADA

Limite máximo de indenização (LMI) desejado: R\$ 30.000.000,00.

Coberturas adicionais pretendidas (marcar):

(x) Multas e penalidades civis (conforme sublimite e especificações previstas no Termo de Referência).

(x) Run-off (mudança de controle/liquidação).

(x) Cobertura para investigações regulatórias (segundo as especificações constantes no Termo de Referência).

DECLARAÇÃO

O Proponente declara que todas as informações são verdadeiras e que não houve omissão de fatos relevantes relacionados à responsabilidade de administradores.

Compromete-se a comunicar à Seguradora quaisquer alterações relevantes até a contratação da apólice.

O presente questionário integra a proposta de seguro e servirá de base para análise do risco, precificação e condições contratuais.

ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO II.1 - DECLARAÇÃO – POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

(em papel timbrado da licitante)

À DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
São Paulo - Capital

Prezados Senhores:

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da licitante _____ (*nome empresarial*), interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 024/2025, PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15, DECLARO(AMOS)**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que esta empresa, eventuais filiais e respectivos sócios:

- I. não emprega(m) menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega(m) menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- II. não exerce(m) atividade(s) que incentive(m) a prostituição;
- III. não explora(m) e nem foi(ram) flagrado(s) explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;
- IV. respeita(m) as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, não tendo sido condenado(s) pela infringência de quaisquer destas leis;
- V. não se encontra(m) alocado(s) em áreas embargadas pelo IBAMA;
- VI. não procedeu(ram) a invasão de terras indígenas de domínio da União, nem foi(ram) condenado(s) pela prática de atos da espécie;
- VII. não foi(ram) condenado(s) por conflitos agrários;
- VIII. não pratica(m) atos que caracterizem a falsidade ou violência na obtenção de título de posse ou propriedade de terras públicas ou privadas (grilagem), nem foi(ram) condenado(s) mediante sentença penal por atos da espécie;
- IX. respeita(m) as normas relativas à legislação ambiental, não tendo sido condenado(s) por crimes ambientais;
- X. não comercializa(m) armas de fogo e munições;
- XI. não realiza(m) atividade de extração de madeira ou produção de lenha ou carvão vegetal provenientes de florestas nativas;
- XII. não executa(m) a extração ou industrialização de asbesto/amianto;

XIII. não explora(m) jogos de prognósticos ou assemelhados.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

ANEXO II.2 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05 DE OUTUBRO DE 1988

À DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

São Paulo - Capital

Prezados Senhores:

Eu....., representante legal da empresa,
declaro, sob as penas da Lei, que esta licitante interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 024/2025, PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15**:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

ANEXO II.3 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 024/2025, PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15, DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos

celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos

respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

**ANEXO II.4 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do
CPF nº _____, representante legal do licitante _____
(*nome empresarial*), interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº
024/2025, PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15, DECLARO**, sob as penas da Lei,
especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, DECLARA, para fins do disposto,
que esta empresa, na presente data, é considerada:

() NÃO ME ENQUADRO no conceito de MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO
PORTE - EPP, conforme a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar
nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte:

I - que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

II - que, no ano-calendário de realização dessa licitação, ainda não celebrou contrato(s)
com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima
admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa. Esta declaração deverá ser entregue, pelas empresas que
pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123/2006

ANEXO II.5 - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS TRABALHISTAS
(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessada em participar do **Pregão Eletrônico GEPIN.2 Nº 024/2025, PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15, DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, DECLARA, para fins do disposto, que esta empresa, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:

Carteira de identidade nº:

CPF nº

EMPRESA:

SEDE:

CNPJ:

ANEXO II.6 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº13.708/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS).**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO GEPIN.2 Nº 024/2025****PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO NA MODALIDADE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS ESTATUTÁRIOS E EMPREGADOS (DIRECTORS AND OFFICERS - D&O).

A empresa **[NOME COMPLETO DA EMPRESA Licitante]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[NÚMERO DO CNPJ]**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **[NÚMERO DA IDENTIDADE]** e do CPF nº **[NÚMERO DO CPF]**, para fins de participação no processo licitatório em epígrafe, **DECLARA** e se **COMPROMETE** a:

1. Ter pleno conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e de que todo e qualquer tratamento de dados pessoais, a que porventura venha a ter acesso ou que sejam fornecidos no âmbito do certame licitatório e da eventual contratação subsequente (em especial para emissão da apólice de Seguro D&O e gestão de sinistros), será realizado em estrita observância à LGPD e demais legislações aplicáveis.
2. Garantir que os dados pessoais obtidos ou acessados em função da presente licitação e do futuro contrato serão tratados exclusivamente para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com as bases legais previstas na LGPD.
3. Adotar e manter todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos exigidos pela LGPD.
4. Não compartilhar, divulgar ou ceder a terceiros quaisquer dados pessoais a que venha a ter acesso, fora das hipóteses permitidas em Lei e/ou sem a prévia e expressa autorização da **DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO** ou em estrito cumprimento das obrigações contratuais e legais inerentes à contratação do Seguro D&O.
5. Comunicar imediatamente ao **DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO** qualquer incidente de segurança que possa implicar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cooperando integralmente na mitigação dos riscos e na comunicação aos órgãos competentes, quando necessário.
6. Ser responsabilizada, administrativa e judicialmente, por quaisquer danos, multas, obrigações, custos ou despesas que o **DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO** venha a incorrer, decorrentes de sua ação ou omissão, ou de seus subcontratados/parceiros, em virtude do descumprimento das normas da LGPD, das obrigações contidas nesta Declaração e no Termo de Referência/Projeto Básico.

7. Estar ciente de que a não observância das normas de proteção de dados pessoais constitui falta grave e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na LGPD, bem como as sanções administrativas e contratuais cabíveis.

Por ser a expressão da verdade e por estar em conformidade com as exigências do Edital, firmamos a presente Declaração.

São Paulo, na data da assinatura digital.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL]
[NOME COMPLETO DA EMPRESA Licitante]
CNPJ nº [NÚMERO DO CNPJ]

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA DIRETORES E ADMINISTRADORES

Pelo presente instrumento, a **DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.663.610/0001-29, com sede Rua da Consolação, nº 371, São Paulo, Capital, neste ato representada, na forma do Estatuto Social, por, portador da cédula de identidade RG nº, e inscrito no CPF/MF sob o nº, e por seu Diretor, brasileiro, casado,, portador da cédula de identidade RG nº, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Rua, n.º, São Paulo, Capital, neste ato representada por, portador do RG nº, inscrito no CPF/MF sob o nº; e por, portador do RG nº, inscrito no CPF/MF sob o nº, a seguir denominada **CONTRATADA**, à vista do decidido decidido no PROCESSO ADM Nº 187/2025 – Pregão Eletrônico GEPIN 2 nº 024/2025 e de acordo com a Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos Administrativos e Convênios da DESENVOLVE SP, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie e, por fim, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, têm, entre si, justo e acertado o presente CONTRATO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA DIRETORES E ADMINISTRADORES (D&O – DIRECTORS AND OFFICERS) cuja forma, obrigações e demais especificações se apresentam nas cláusulas a seguir enunciadas e da respectiva apólice, que integra o presente contrato para todos os fins de direito, que as partes mutuamente outorgam e aceitam e, por si e por seus sucessores, prometem fielmente cumprir e respeitar.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Constitui objeto deste instrumento a contratação de companhia seguradora para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil de Diretores e Administradores (*Directors and Officers Liability Insurance – D&O*), para atender às necessidades da Desenvolve SP.

1.2 O detalhamento do objeto está descrito no item 3 do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

2.1 Integram este CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

2.1.1 Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico GEPIN 2 nº 024/2025.

2.1.2 Proposta da CONTRATADA nº xxxxx, datada de xx/xx/xxxx em tudo o que implícita ou explicitamente não conflite com as cláusulas deste contrato.

2.1.3 Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores (D&O – Directors and Officers), emitida pela CONTRATADA.

2.2 Havendo contradição involuntária entre o contrato, o edital e seus anexos, e a proposta e apólice apresentada pelo CONTRATADO, prevalecerão as condições estabelecidas no edital, em respeito ao princípio da boa-fé objetiva.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Os recursos financeiros estão previstos no orçamento da CONTRATANTE para o ano de 2025 e nos orçamentos dos próximos exercícios serão assegurados os recursos financeiros nas proporções necessárias aos pagamentos das despesas.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo e emissão de nova apólice, respeitado o disposto no artigo 95 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

4.2 A ausência de manifestação das partes até 90 (noventa dias) antes do fim da vigência da apólice importará em sua renovação automática, aplicando-se, neste caso, o reajuste do prêmio então vigente, corrigido pelo IPC-FIPE, nos termos do parágrafo único do artigo 97 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

4.2.1. Na hipótese de renovação automática ou expressa, a CONTRATADA deverá emitir nova apólice, observadas as mesmas condições, coberturas e limites de indenização pactuados neste Contrato, ressalvadas as atualizações decorrentes de reajuste ou revisão de valor de prêmio devidamente aprovadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O Preço total da contratação é de R\$ XXX,XX (XXXXXXX), no qual estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno mínimo de um ano, a contar da vigência da apólice, e desde que prorrogada a vigência contratual nos termos da Cláusula Quarta, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação pela CONTRATANTE do IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observado os termos do item 4.2 da cláusula quarta, quando for o caso.

7.3 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

7.3.1 Ocorrerá igualmente a preclusão do direito ao reajuste, caso a solicitação seja formulada depois de extinto o contrato.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 As obrigações das partes encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e na Apólice do seguro.

10.2 Adicionalmente às obrigações previstas no Termo de Referência, a CONTRATADA obriga-se a apresentar a minuta da apólice no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

11.1 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas à CONTRATADA via serviço postal ou por e-mail, no endereço constante no seu preâmbulo.

11.2 Qualquer mudança de endereço de uma parte deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

11.3 As reuniões realizadas entre representantes credenciados das partes, bem como as ocorrências que possam ter implicações neste contrato, serão registradas por escrito, em forma de ata, assinadas pelos referidos representantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

12.1 Será de responsabilidade da CONTRATANTE o tratamento e disponibilização à CONTRATADA de informações relativas à prestação dos serviços contratados, sendo certo que esta assume o compromisso de não divulgar, por qualquer forma, referidas informações a quem quer que seja, ainda que sobre a forma de cessão, locação, alienação, empréstimo, sem prévia e expressa concordância da CONTRATANTE, manifestada por documento escrito.

12.2 Em caso de comprovação da falta de cumprimento do disposto no caput, ou de utilização das informações fornecidas pela CONTRATANTE, para outros fins, de qualquer natureza ou espécie, que não os expressamente autorizados e para uso exclusivo dos serviços prestados à CONTRATANTE, a CONTRATADA responderá de forma incondicional civil, criminal e administrativamente pelo fato, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de promover a rescisão contratual com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação.

12.3 A CONTRATADA não poderá, a qualquer pretexto, utilizar o nome da CONTRATANTE, os serviços e os recursos a ela fornecidos como forma de publicidade,

propaganda e/ou qualquer outra forma de divulgação sem o consentimento expresso e formal da CONTRATANTE.

12.4 A obrigação do sigilo prevista nesta cláusula subsistirá não só durante o prazo de vigência contratual, como também pelo prazo de 10 (dez) anos após o término de sua vigência.

12.5 A CONTRATADA se obriga a orientar seus empregados e demais prepostos, vinculados à execução do objeto deste instrumento, a observar e respeitar as obrigações aqui contratadas e as regras internas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

13.1 A CONTRATADA firma, sob as penas da Lei, a Declaração de Responsabilidade Socioambiental, parte integrante deste instrumento como Anexo III.

13.2 Na eventual hipótese da CONTRATADA exercer quaisquer das atividades elencadas na Declaração, responderá civil e criminalmente sobre o fato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais pelo descumprimento contratual, inclusive a rescisão do contrato, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1 A CONTRATADA se obriga incondicionalmente a divulgar aos empregados/prepostos disponibilizados para a prestação dos serviços os termos constantes no Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, que se encontra divulgado no site www.desenvolvesp.com.br.

14.2 A CONTRATADA, bem como os seus profissionais/prepostos deverão cumprir rigorosamente o estabelecido no referido Código, vez que a sua inobservância, além das sanções civis, criminais e administrativas, acarretará o descumprimento contratual, com as penalidades estabelecidas no contrato firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, sem prejuízo do direito da CONTRATANTE de promover a rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDUTA E LEI ANTICORRUPÇÃO

15.1 A CONTRATANTE se compromete a conduzir seus negócios de maneira legal, ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos legais das leis anticorrupção.

15.2 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de quaisquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as Leis da República Federativa do Brasil ou de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

16.1 A CONTRATADA declara ter conhecimento que a CONTRATANTE está sujeita aos requisitos de gerenciamento do risco operacional, garantindo que, naquilo que for aplicável à CONTRATADA, controla e mitiga o risco operacional na execução das suas atividades, nos termos da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 A CONTRATADA, de posse de quaisquer dados da CONTRATANTE que lhe forem repassados por força deste contrato e que estejam devidamente protegidos pela Lei nº 13.709/2018 e demais normas aplicáveis, não poderá divulgá-los e/ou transmiti-los a terceiros sem as devidas autorizações por parte da CONTRATANTE, em quaisquer circunstâncias, ou ainda, dos respectivos titulares.

17.2 A CONTRATADA obriga-se, ainda, a observar todas e quaisquer normas e/ou orientações expedidas pela autoridade competente prevista na Lei nº 13.709/2018, bem como alterações posteriores, competindo-lhe, também, informar o nome e dados de contato da pessoa que ficará encarregada pela proteção de dados em seu estabelecimento.

17.3 A CONTRATADA compromete-se, também, a reportar à CONTRATANTE qualquer incidente e/ou vazamento de dados pessoais tratados em virtude do cumprimento deste Contrato.

17.4 Na hipótese de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das responsabilidades previstas nesta cláusula ou nas disposições da Lei nº 13.709/2018, a mesma sujeitar-se-á, exclusivamente, às sanções administrativas previstas na citada legislação, facultado, ainda, ao CONTRATANTE o direito de pleitear da CONTRATADA quaisquer valores decorrentes de sanções que o CONTRATANTE venha a sofrer por força da citada legislação em razão da atuação da CONTRATADA”.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PREVENÇÃO AOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

18.1 As partes declaram expressamente ter pleno conhecimento e comprometem-se à fiel observância das disposições legais concernentes à prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, contidas na Lei 9.613/98 e legislação correlata, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei 13.260/2016, bem como naquelas emanadas dos Órgãos reguladores dos diversos setores de negócio e atividade, comprometendo-se inclusive a fazê-lo em relação a eventuais alterações posteriores que estas venham a sofrer.

18.2 As partes declaram ainda que o inteiro teor da legislação envolvendo a matéria referida no parágrafo anterior é de conhecimento também de seus empregados, prepostos e terceiros em relação aos quais se responsabiliza integralmente pela fiel observância dos dispositivos legais em questão.”

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1 O presente Contrato poderá ser alterado mediante acordo formal entre as partes, nos termos e limites previstos no artigo 99 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar.

19.1.1 As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo.

19.2 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 90, IV, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO

20.1 A rescisão do contrato dar-se-á nos casos elencados nos artigos 120 e 121 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

20.2 A rescisão nos casos previstos nos dispositivos acima mencionados será efetivada após o regular processo administrativo.

20.3 Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o julgamento do processo administrativo, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação no Diário Oficial.

20.3.1 Caso a imediata solução de continuidade do contrato traga prejuízos à CONTRATANTE, a comunicação citada no item acima poderá prever que os efeitos da rescisão serão operados em data futura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1 Aplica-se neste contrato, em especial nos casos omissos, as disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste contrato e as disposições do Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos, os quais deram origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.2 Para dirimir quaisquer questões resultantes do presente contrato, elegem as partes contratantes o Foro Privativo das Fazendas Públicas da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, AS PARTES FIRMAM O PRESENTE CONTRATO NA PRESENÇA DAS 2 (DUAS) TESTEMUNHAS ABAIXO ASSINADAS E IDENTIFICADAS.

São Paulo, na data da assinatura digital.

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG Nº:

CPF/MF nº:

Nome:

RG Nº:

CPF/MF nº:

ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

CONTRATADO:

CONTRATO (ORIGINAL):

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO NA MODALIDADE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS ESTATUTÁRIOS E EMPREGADOS (DIRECTORS AND OFFICERS - D&O)

ADVOGADO Nº OAB: xxxxxxxxxxxxxxxx – OAB/SP: xxxxxxxxx

E-mail: juridico@desenvolvesp.com.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pelo contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, na data da assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Gestor Operacional:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

ANEXO V - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas de Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**PREGÃO ELETRÔNICO GEPIN.2 Nº 024/2025****PROCESSO SEI Nº 391.00000187/2025-15****OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SEGURO NA MODALIDADE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEMBROS ESTATUTÁRIOS E EMPREGADOS (DIRECTORS AND OFFICERS - D&O).

VALOR 12 MESES DE CONTRATO	
VALOR TOTAL -	R\$ -

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (deverá o licitante considerar o valor para 12 meses) R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxx).**DADOS DO PROPONENTES****Razão Social:****CNPJ:****Endereço completo:****Telefone:****E-mail:****Validade de proposta:** (não inferior a 60 (sessenta) dias corridos)

Declaramos total concordância com os termos do Edital, da Minuta de Contrato e das condições da presente licitação.

São Paulo de..... de 2025.

(nome, assinatura do representante legal, carimbo CNPJ)